

## **A INTERSECCIONALIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE A IDENTIDADE DA PESSOA SURDA E NEGRA NO ÂMBITO ESCOLAR**

**Monique Albuquerque Ferreira  
Marcos Antonio Galhardo  
Pedro Miranda Junior**

### **RESUMO**

A preocupação com a construção e o fortalecimento do campo da educação inclusiva norteou o presente estudo, o qual pretende propor uma reflexão sobre a interseccionalidade das experiências dos sujeitos Negros e Surdos no ambiente escolar. Trata-se de um estudo qualitativo do tipo bibliográfico, com apresentação de teorias relacionadas com o currículo escolar e a construção das identidades de sujeitos negros e surdos no contexto social brasileiro. Como base teórica, nos apoiamos nas contribuições de Perlin (1998) e Munanga (2009) para compreender as particularidades das experiências dos sujeitos pertencentes aos grupos em questão. Das reflexões suscitadas destacamos a potencialidade que o espaço escolar tem para ampliar discussões, desconstruir preconceitos e contribuir com novas pesquisas que abordem a diversidade sociocultural.

**Palavras-chave:** Surdos; Negros; Currículo; Educação Inclusiva.

### **Introdução**

A motivação para o desenvolvimento do presente trabalho surgiu a partir do estudo e preocupação sobre a construção de escolas verdadeiramente inclusivas. Por meio de leituras, vivências e discussões em grupo no programa de mestrado profissional em ensino de ciências e matemática, vieram à tona inquietações sobre temas relacionados com a atuação do sistema escolar para o desenvolvimento de cidadãos plurais na perspectiva de uma sociedade multicultural.

O interesse em estudar a identidade de um indivíduo surdo e negro surgiu a partir da discussão e dos pontos em comum de dois projetos de mestrado em desenvolvimento, um que aborda a inclusão de pessoas surdas, e outro, sobre a marginalidade imposta às pessoas negras no contexto social brasileiro atual. A sensibilidade na observação da exclusão de sujeitos, nos levou a buscar um aprofundamento acerca da interseccionalidade das identidades sociais de pessoas surdas e negras na sociedade e, sobretudo, no âmbito escolar.

**A INTERSECCIONALIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE A IDENTIDADE DA PESSOA SURDA E NEGRA NO ÂMBITO ESCOLAR**

MONIQUE ALBUQUERQUE FERREIRA  
MARCOS ANTONIO GALHARDO  
PEDRO MIRANDA JUNIOR

O termo interseccional foi, inicialmente, evidenciado no campo de pesquisas de gênero, em meados de 1960, quando estavam em pauta as discussões sobre as formas de opressão causadas pelo sexismo e pelo racismo. Ambos os termos possuem origem norte-americana, e foram criados para justificar e pressupor a supremacia de um grupo (nesse caso, homens e brancos) sobre outro (mulheres negras) (KERNER, 2012). Sendo assim, nos baseamos no pensamento dessa autora para compreender os tipos de relações que podem existir entre as minorias, e depois, transpor o conceito de interseccionalidade aos grupos de pessoas negras e/ou surdas.

Kerner (2012) nos indica quatro caminhos para compreendermos as relações entre grupos considerados minoritários, sendo eles o estabelecimento de: 1 - semelhanças; 2 - diferenças; 3 – ligações; e 4 - cruzamentos, entrelaçamentos ou intersecções.

Apropriando-se dos conceitos apresentados, podemos considerar que o primeiro (1) caminho corresponde aos aspectos centrais dos mecanismos que naturalizam as características da exclusão. Por exemplo, considerar que mulheres são mais adaptadas ao serviço doméstico e os/as afrodescendentes a exercer funções braçais no mercado de trabalho. O mesmo acontece no grupo de pessoas surdas, realizando funções de menor prestígio social.

A perspectiva das diferenças nos aponta um caminho (2) que considera a existência de um teor central nas propostas de exclusão, mas que diferencia os indivíduos dentro de um mesmo grupo. Por exemplo, dentre um grupo de mulheres, os dados indicam que 39,6% das mulheres negras brasileiras estão inseridas em situações de trabalho precárias, com remuneração menor que as mulheres brancas (IPEA, 2016). No caso dos indivíduos surdos e negros, Furtado (2012), em uma pesquisa direcionada a pensar nas narrativas de surdos negros, evidencia que estes não percebem uma dupla diferença ocorrendo simultaneamente. Nesse sentido, a exclusão ocorre nas duas vertentes do ser surdo e do ser negro, de maneiras distintas.

O terceiro caminho é direcionado ao pensamento de preocupações reprodutivas, inicialmente, racista de manter uma homogeneidade, para justificar o impedimento de relações capazes de alterar a supremacia dos grupos dominantes. Ligações desse tipo originam um complexo biopolítico, que se levado ao extremo, pode originar políticas nazistas de extermínio (KERNER, 2012). Os sujeitos surdos foram, historicamente, em

diferentes culturas tratados de forma diferenciada, sendo até mesmo exterminados por serem considerados incompletos e incapazes (CONRAD, 2011).

O último caminho (4) nos aponta para os conceitos que nos permitiram delimitar o presente estudo. O entrelaçamento das identidades dos sujeitos negros e surdos. A interseccionalidade corresponde a uma categoria de análise que considera as estruturas sociais, os significados históricos, as relações de poder e de identidade (KERNER, 2012). Neste sentido, o termo intersecção, segundo Kerner (2012, p. 55):

Serve como símbolo para todas as formas possíveis de combinações e de entrelaçamentos de diversas formas de poder expressas por categorias de diferença e de diversidade, sobretudo as de "raça", etnia, gênero, sexualidade, classe/camada social, bem como, eventualmente, as de religião, idade e deficiências.

Levantamentos recentes indicam que os estudos com enfoque racial na área da surdez ainda são reduzidos, e as discussões desta temática teve início em 2008 (MIRANDA, 2018). Segundo essa autora, esse fenômeno foi resultado da organização da militância nascida no interior do movimento surdo que reivindicava por demandas identitárias. O principal acontecimento que desencadeou a multiplicação das discussões sobre reconhecimento e inclusão de indivíduos surdos foi a promulgação da Lei 10.436/12, possibilitando a organização da comunidade em torno de uma língua comum (MIRANDA, 2018).

A legislação assegura o reconhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como língua natural do surdo e estabelece o seu uso como primeira língua, proporcionando autonomia e promovendo sua participação na sociedade (BRASIL, 2002). Conforme indica Miranda (2018), tal reconhecimento contribuiu para o surgimento de eventos direcionados à comunidade surda e algumas discussões com recorte racial ocorreram para pensar na especificidade dessas experiências.

No que diz respeito ao debate acadêmico, a produção pode ser considerada escassa. Desde a promulgação da lei, de acordo com Miranda (2018), foram desenvolvidas apenas três dissertações de mestrado abordando a intersecção das questões de raça e surdez. Um ponto que desperta problematizações, principalmente se levarmos em consideração o fato de existir uma população expressiva de pessoas negras e/ou surdas no Brasil. Sendo assim, justificamos o desenvolvimento do presente estudo por meio das

problematizações e das necessidades de refletir sobre os entrelaçamentos acerca de temas, geralmente esquecidos, inclusive por motivos discriminatórios.

### **Percurso metodológico**

Com a intenção de compartilhar nossas inquietações e dar visibilidade ao tema, nosso **objetivo** consiste em **propor uma reflexão em relação à interseccionalidade das experiências de sujeitos Negros e Surdos no contexto escolar**. Para atender ao objetivo proposto, o estudo foi desenvolvido em uma abordagem qualitativa, a qual se caracteriza por buscar um entendimento das questões que são influenciadas pelo contexto sócio-histórico-cultural em que as ações humanas ocorrem (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

O contexto a ser analisado possui uma perspectiva conceitual da construção de identidades comuns, causando implicações na vida escolar, tanto para as pessoas negras quanto para pessoas surdas. Neste sentido, desenvolvemos uma pesquisa de cunho bibliográfico para elucidação de conceitos que permitam a compreensão do entrelaçamento entre os dois grupos. Os nossos questionamentos nos direcionaram à leitura de autores/as como: Perlin (1998), para a compreensão das especificidades da identidade social da pessoa surda; Skliar (1997) que corrobora com a discussão sobre a relevância da Língua Brasileira de Sinais no processo de construção identitária da pessoa surda; Munanga (2009) e Moreira (2010) que nos auxiliaram na exploração de conceitos acerca das particularidades de ser negro/a no Brasil e sobretudo no âmbito escolar. Por fim, abordaremos conceitos referentes ao currículo escolar e legislações que, em tese, garantem a inclusão e a autonomia desses sujeitos.

### **A identidade social da pessoa surda**

Inclusão dos surdos tem sido tema frequente nas discussões e reflexões acerca de suas especificidades no que tange sua comunicação e a falta dela no processo de formação do sujeito surdo. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde de 2013 realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2015), estima-se que mais de 2 milhões de brasileiros possuem deficiência auditiva o que representa 1,1 % da população do país. Segundo esta pesquisa, a deficiência auditiva foi a única que apresentou resultados estatisticamente diferenciados por cor ou raça: a proporção para os brancos (1,4%) foi superior à observada para os pretos e pardos (0,9% em ambos).

Uma das conquistas para a comunidade surda foi o sancionamento da lei 10.432/02 que reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras) e outros recursos de expressão a ela associados (BRASIL, 2002). De modo a ampliar as formas de comunicação, esses recursos podem ser desde materiais tecnológicos, passando pela linguagem gramatical específica, entre outros. Estabelecendo, assim, outra vertente no que se refere a visualidade do sujeito surdo na construção do seu “ser”, propiciando o desenvolvimento intelectual e promovendo sua participação efetiva na sociedade (CAMPELLO, 2008; PERLIN 1998).

Levando em consideração que a Libras é língua natural e oficial no território brasileiro, e que deve ser tida como um fator indispensável no processo inclusivo e na formação da identidade da pessoa surda, todos os órgãos públicos e todos os estabelecimentos educacionais, com determinação em lei (10.432/02) devem contemplar o atendimento à pessoa com deficiência (BRASIL, 2002). A aquisição de qualquer língua possibilita interações sociais legitimando suas aplicações em todos os contextos (PERLIN 1998).

De acordo com Souza (1998), as escolas, associações e centros educacionais para surdos impulsionaram fortalecimento do uso da Libras, possibilitando a esses sujeitos a reflexão do seu próprio discurso, proporcionando um espaço favorável para o desenvolvimento ideológico da própria identidade.

Atualmente estamos vivenciando um momento histórico de ações sociais e políticas que fortalecem a visibilidade da comunidade surda. Atrelado aos movimentos sociais o reconhecimento identitário dos surdos amplia reflexões e discussões no âmbito das pesquisas.

### **A identidade social da pessoa negra**

Quando pensamos em um recorte racial é possível trazer à tona a problemática dentro de questões que envolvem as desigualdades enfrentadas pelos indivíduos negros no Brasil. Desigualdades que são resquícios de um tipo de preconceito iniciado no século XIX com o colonialismo europeu, que afetou particularmente e agressivamente as populações do continente africano (GUEDES, 2018).

O Brasil é constituído pela maior população negra fora do continente africano e não atribui visibilidade - positiva - sobre a cultura afro-brasileira e, por conseguinte ao

negro (MOREIRA, 2010). Trata-se de uma complexa relação entre cor, raça e preconceito. No século XIX, as características físicas eram consideradas como um critério fundamental e divisor de águas entre as chamadas raças, sendo a cor da pele o fator principal dessa divisão (MUNANGA, 2009). A concentração de melanina na pele foi usada como justificativa para dividir os seres humanos em três raças que resistem até hoje no imaginário coletivo: brancos, negros e amarelos. Além de outros critérios, como a forma do nariz, dos lábios e dos olhos, por exemplo (MUNANGA, 2009).

No século XX, diversas pesquisas demonstraram que, biologicamente, o conceito de raça não existe para os seres humanos, pois os patrimônios genéticos de dois indivíduos de um mesmo grupo racial podem ser mais distantes se comparados com os pertencentes a uma raça diferente. Sendo assim, cabe ressaltar, que o conceito de raça existe no sentido da construção social e, quando direcionada aos corpos de pele mais escura, os classifica como estúpidos e mais sujeitos a formas de dominação (MUNANGA, 2009). A discriminação enfrentada pelos indivíduos negros é resultado direto dessas ações, refletindo em diferentes esferas como educação, economia e acesso ao trabalho (MUNANGA, 2009).

Ser negro no Brasil é se deparar com estatísticas que indicam, por exemplo, que um jovem negro possui 147% mais de chances de ser assassinado quando comparado com brancos, amarelos e indígenas (IPEA, 2017). Compartilhando experiências de violência apenas por pertencer ao grupo negro, muitos desses jovens encontram-se em cárcere privado. A nossa sociedade apresenta uma quantidade expressiva de pessoas negras privadas de liberdade, cerca de 64% da população prisional são constituídas por jovens negros com ensino fundamental incompleto (INFOPEN, 2016). Uma problemática pautada no racismo, no preconceito e na nociva miscigenação que trouxe, entre outros problemas, as políticas de branqueamento da população e a marginalização do povo negro (MUNANGA, 2009). A problematização fica ainda mais consistente se considerarmos que racismo é crime no Brasil, conforme Lei 7.716 de 1989, regulamentando que “*Serão punidos, na forma desta lei, os crimes resultantes da discriminação de raça ou preconceito de raça, etnia, religião ou procedência nacional.*” Mesmo assim, o preconceito ainda é algo latente no Brasil, e acreditamos e isso é refletido também nas relações escolares, conforme apresentaremos na próxima seção.

### **Currículo – cultura escolar: a interseccionalidade das exclusões**

Caracteriza-se como função social e cultural da escola, o acesso aos conhecimentos que direcione os estudantes para além das experiências cotidianas. As aprendizagens escolares não acontecem no vazio. Existe uma intrínseca relação entre a cultura escolar e o exterior (SACRISTÁN, 2000).

Cabe ressaltar que, por maior que seja a liberdade dos professores/as na construção de sua prática pedagógica, devemos levar em consideração as orientações curriculares presentes no país. O currículo é construído por meio de uma prática educacional coerente e complexa, que envolve a escola em sua função social, visto que por meio dela se configura uma ligação com a sociedade (SACRISTÁN, 2000). Partindo desta premissa, a busca da igualdade é refletida na alteração dos currículos existentes, para diminuir os impactos das diferenças, sejam elas de raça, classe e acessibilidade.

O contexto educacional brasileiro é dominado pela cultura do ouvinte e do branco, que é privilegiado por esse sistema. O indivíduo pertencente ao grupo dominante não precisa se adaptar uma nova forma de linguagem. No Brasil, assim como afirma Moreira (2010), a educação é fruto de uma cultura eurocêntrica e ouvintista, onde os preconceitos são reproduzidos dentro da nossa sociedade. Ao realizar um aprofundamento na construção do indivíduo negro no âmbito escolar, Moreira (2010), evidencia que a representação desses indivíduos na escola, muitas vezes, ocorre apenas pela presença dos alunos negros em sala de aula. Não há uma abordagem que propicie a valorização da cultura de diferentes grupos étnicos, fortemente influenciado pela forma em que estão estruturados os currículos oficiais.

O que é pautado para ser ensinado como conteúdo escolar é orientado pelo currículo. Sacristán (2000) apresenta o conceito de currículo como campo de disputas. A própria origem da palavra, do latim *curriculum*, tem um significado relacionado à linha de chegada, e sempre esteve atrelado a disputas de interesses, ideologias e políticas (SACRISTÁN, 2000). Nesta perspectiva, a escola funciona dentro de um mecanismo de exclusão das classes dominadas. Segundo Silva (1999), o currículo da escola se baseia na cultura e linguagem da classe dominante, em que as crianças dessa classe têm maior facilidade em compreender os códigos, pois sempre estiveram imersas e privilegiadas nesse sistema (SILVA, 1999).

Ainda de acordo com Silva (1999), somos direcionados ao multiculturalismo, apontando que as desigualdades na educação não podem ser examinadas exclusivamente pelo viés da dinâmica de classes. O conceito de uma sociedade multicultural serve para nos mostrar que os currículos escolares devem ser adaptados para propiciar a busca por igualdade e diminuição dos impactos das diferenças, sejam elas de raça, gênero, sexualidade e/ou acessibilidade. Para isso, existem leis que amparam os indivíduos, dos grupos em questão, no contexto educacional. Vale ressaltar que, todas as determinações legais citadas podem ser consideradas recentes em relação a dimensão e a profundidade da problemática.

No sentido de garantir igualdade e respeitar a diversidade dos sujeitos surdos, a lei 10436/02 no contexto educacional, garante em seu artigo quarto o ensino da Língua Brasileira de Sinais - Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs, promovendo a sua difusão e contribuindo para ações igualitárias entre as diversidades. No que diz respeito ao contexto da pessoa negra, a lei 10.639/03 torna obrigatório o ensino sobre história e cultura afro-brasileira no âmbito de todo o currículo escolar, com destaque para as áreas de educação artística, literatura e história (BRASIL, 2003). Uma forma de combater e minimizar as diferenças vivenciadas em todas as esferas da sociedade.

### **Considerações finais**

Com base neste estudo e, em outros trabalhos realizados em torno desta temática, consideramos que o currículo escolar é baseado na cultura e na linguagem de um grupo dominante, a educação é fruto de cultura **racista** e **ouvintista**. Sendo assim percebe-se a existência de dois grupos sociais distintos que compartilham de situações de invisibilidade. As disciplinas escolares são marcadas pela ausência de elementos significativos para a representatividade desses sujeitos. Acredita-se que o espaço escolar deve ser utilizado para ampliar discussões, desconstruir preconceitos e contribuir com novas pesquisas que abordem a diversidade sociocultural. Faz-se necessário o movimento contrário à naturalização da marginalização de seres humanos, seja por gênero, relações étnicas, crenças religiosas, sexualidade ou deficiências. Assim como nos ensina Freire, (1996, p. 35): “Qualquer discriminação é imoral e lutar contra ela é um dever por mais que se reconheça a força dos condicionamentos a enfrentar. A boniteza de ser gente, se

acha, entre outras coisas, nessa possibilidade e nesse dever de brigar”, mesmo com todos os padrões racistas e ouvintistas, impostos pela sociedade, o professor tem o papel de desconstruí-los e se reconstruir para os valores de uma sociedade mais justa e igualitária.

Cabe ressaltar que não estamos defendendo a posição de que os motivos para discriminação possuam as mesmas consequências, cada grupo vivencia as situações de preconceito de uma forma particular. E, além disso, os seres humanos são extremamente diversos, por isso mesmo, devemos construir uma educação plural e que leve em consideração esses aspectos.

## REFERÊNCIAS

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos**. Porto – Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 25 de abril de 2002.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 de janeiro de 2003.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. **INFOPEN**. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, 2016.

CONRAD, Katia Regina. Educação e Surdez: Um Resgate Histórico pela Trajetória Educacional dos Surdos no Brasil e no Mundo. **Revista Virtual de Cultura Surda e Diversidade**, Edição nº 08, 2011

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e terra, 1996.

GUEDES, W. A. Políticas de ação afirmativa: agência para a população negra no Brasil. **Revista da Associação de pesquisadores/as negros/as (ABPN)**, 10 ed. p. 159 – 181, 2018.

IBGE - **Pesquisa nacional de saúde - 2013: ciclos de vida: Brasil e grandes regiões**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA - Mulheres e Trabalho: breve análise do período 2004 – 2014. Nota técnica, n.24. Brasília: Ipea, 2016.

\_\_\_\_\_. Democracia Racial e homicídios de jovens negros na cidade partida. Textos para discussão. Brasília: Ipea, 2017.

A INTERSECCIONALIDADE: UMA REFLEXÃO SOBRE A IDENTIDADE DA PESSOA SURDA E NEGRA NO ÂMBITO ESCOLAR

MONIQUE ALBUQUERQUE FERREIRA  
MARCOS ANTONIO GALHARDO  
PEDRO MIRANDA JUNIOR

KERNER, Ina. **Tudo é interseccional?** Sobre a relação entre racismo e sexismo. Dossiê Teoria e Crítica. Novos Estudos, 2012.

MIRANDA, Viviane Marques. Surdez com recorte racial: estado da arte no Brasil de 2012-2017. **Revista Educação Especial**: São Paulo, 2018.

MOREIRA, Eryson. **A construção do indivíduo negro no âmbito escolar**. I Encontro de História do Centro de Artes, Humanidades e Letras; 18 a 21 de outubro de 2010.

MUNANGA, K. **Negritude: usos e sentidos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

PERLIN, G. **Identidades surdas**. In: SKLIAR, C. (Org.). A surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SACRISTÁN, G. J. **O currículo: uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SKLIAR, C. **Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos**. In: Skliar, C. ( Org.). Educação e exclusão : Abordagens socioantropológicas em educação especial. Porto Alegre: Mediação, 1997. p. 105-153. ( Cadernos de autoria, 2)

## **INTERSECTIONALITY: A REFLECTION ON THE IDENTITY OF THE DEAF AND BLACK PEOPLE IN THE SCHOOL ENVIRONMENT**

### **ABSTRACT**

Concern with the construction and strengthening of inclusive education guided the present study. The research aims to propose a reflection on the intersectionality of the experiences of Black and Deaf subjects in the school environment. This is a qualitative study of the bibliographic type, through the presentation of theories related to the school curriculum and the construction of identities of black and deaf subjects in the Brazilian social context. As a theoretical basis, we rely on the contributions of Perlin (1998) and Munanga (2009) to understand as particularities of the experiences of the subjects belonging to the groups in question. The reflections raised highlight the potential that the school space has to broaden discussions, deconstruct prejudice and contribute to new research that addresses a sociocultural diversity.

**Keywords:** Deafs; Blacks; Curriculum and Inclusive Education.